

CONTRATO GERAL DO CRÉDITO PESSOAL RAIZE EM FINANCIAMENTO COLABORATIVO

Cláusula 1ª (Partes) – Os **Mutantes** (Investidores em Financiamento Colaborativo) concedem ao **Mutuário** um empréstimo que se rege nos termos deste contrato geral e das condições particulares. O empréstimo é intermediado, nos termos da Lei n.º 102/2015 de 24 de agosto e do Regulamento da CMVM n.º 1/2016, pela Raizecrowd - Serviços de Informação e Tecnologia, Sociedade Unipessoal Lda, com sede na Rua Tierno Galvan – Amoreiras, Torre 3, 17º piso, 1070-274 Lisboa, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob a matrícula e número de pessoa coletiva 513 465 731 (**Raize**), entidade gestora de plataformas de financiamento colaborativo autorizada e supervisionada pela CMVM, através da plataforma de financiamento colaborativo RAIZE (**Plataforma Raize**) com sítio em www.raize.pt.

Cláusula 2ª (Representação) - Os Mutantes são representados pela Raize para todos os efeitos legais e regulamentares relacionados com a preparação, análise, celebração, execução do presente contrato. Os Mutantes consentem que a Raize atue em seu nome e representação, em caso de incumprimento ou cumprimento defeituoso do presente Contrato, incluindo em eventuais procedimentos judiciais e/ou extrajudiciais de recuperação de créditos, tendo em vista a recuperação dos créditos dos Mutantes perante o Mutuário. Os Mutantes conferem à Raize os poderes necessários para que esta possa, a seu livre critério, instaurar ações judiciais contra o Mutuário em caso de incumprimento ou cumprimento defeituoso do presente Contrato. A Raize atuará sempre de forma justa e no melhor interesse dos Mutantes com o objetivo de recuperar o máximo de capital no menor tempo possível, o que poderá implicar que a Raize modifique e / ou reestruture as condições do presente Contrato, nas condições que entenda mais apropriadas a assegurar a maior recuperação e créditos possível ao abrigo do presente Contrato. Os Mutantes compreendem e aceitam que o processo de recuperação de créditos é incerto e pode não resultar na recuperação total ou parcial dos montantes em dívida, e que a Raize não assume qualquer responsabilidade pelo reembolso do valor mutuado, pagamento dos juros ou processo de recuperação em caso de mora ou incumprimento, uma vez que o capital mutuado não está garantido pela Raize.

Cláusula 3ª (Montante) - O montante do empréstimo é o que consta das condições particulares. O capital mutuado, deduzido das despesas inerentes ao imposto do selo e comissões devidas, é creditado, com a formalização do presente contrato, na conta D.O. do Mutuário, indicada nas condições particulares. O Mutuário desde já se confessa devedor aos Mutantes de todas as quantias disponibilizadas no âmbito do presente Contrato, dos respetivos juros e demais encargos dele emergentes.

Cláusula 4ª (Condições) - O prazo do empréstimo, as condições de reembolso, incluindo as de reembolso antecipado, as comissões devidas pela abertura do processo, pela formalização e gestão deste crédito, a taxa de juro (TAN), a TAEG, a sua contagem e vencimento, bem como a(s) garantia(s) a prestar, são os fixados no contrato geral e nas condições particulares. O Mutuário goza do direito de receber a seu pedido e sem qualquer encargo, a todo o tempo e ao longo do período de vigência do contrato, uma cópia do quadro da amortização do empréstimo. Constitui Anexo ao presente contrato, o extrato das condições de pagamento das despesas recorrentes e não recorrentes associadas ao presente contrato. Os pagamentos são imputados ao saldo devedor pela ordem seguinte: prémio de seguro (se aplicável), impostos e despesas ou encargos vencidos, comissões, juros remuneratórios, juros moratórios e, por último, ao capital. Se houver pagamento de despesas e de juros sem

amortização do capital, o Mutuário pode solicitar um extrato dos períodos e das condições de pagamentos dos juros devedores e das despesas recorrentes e não recorrentes associadas.

Cláusula 5ª (Avaliação de Solvabilidade) - A Raizecrowd solicitou ao consumidor as informações consideradas necessárias para a avaliação da solvabilidade, bem como os documentos indispensáveis à comprovação da veracidade e atualidade dessas informações, com a expressa advertência de que a não prestação das informações ou a não entrega dos documentos solicitados, bem como a prestação de informações falsas ou desatualizadas tem como efeito a não concessão do crédito.

A celebração contratual e disponibilização do capital mutuado apenas ocorrerá mediante uma análise de solvabilidade e aprovação do financiamento por parte da Raizecrowd. A Raizecrowd reserva-se ainda o direito de consultar bases de dados de responsabilidade de crédito da entidade de supervisão e outras bases de dados disponíveis para aferir a solvabilidade do Mutuário.

Cláusula 6ª (Processador de pagamentos) - Os Mutantes e o Mutuário declaram que todas as cobranças de prestações mensais e outros custos associados ao presente contrato serão obrigatoriamente processados pela Raize, através da utilização de serviços de pagamentos dedicados, não podendo existir pagamentos diretos entre as Partes. Todas as operações de pagamentos, transferências e cobranças são asseguradas por uma instituição de pagamentos devidamente autorizada e supervisionada e designada pela Raize.

Cláusula 7ª (Cobranças) - As prestações de capital e os juros, bem como as comissões e todas as demais despesas decorrentes deste contrato serão debitadas na conta D.O. da titularidade do Mutuário, indicada nas condições particulares, que este se obriga a ter devidamente provisionada para o efeito na data dos respetivos vencimentos, ficando a Raize autorizada a proceder ao respetivo débito sem necessidade de qualquer pré-aviso. Caso a conta do Mutuário não se encontre devidamente provisionada para os débitos referidos no número anterior, poderá ser efetuado o débito da totalidade do valor existente na conta, constituindo-se os Mutantes, de imediato, credores do montante em falta necessário para o pagamento das despesas, encargos, juros e capital. A partir da constituição do Mutuário em mora, a Raize poderá encetar diligências de recuperação de crédito / cobrança.

Cláusula 8ª (Mora) - Em caso de mora no pagamento de qualquer das prestações devidas, aos juros calculados sobre o capital em dívida acrescerá a sobretaxa máxima legalmente permitida, sem prejuízo do direito que assiste aos Mutantes de resolver o Contrato, exigindo, consequentemente, o pagamento total da dívida, de acordo com o disposto na Cláusula 9ª.

Cláusula 9ª (Incumprimento) - Sem prejuízo das demais faculdades que, legal ou contratualmente, lhe cabem, poderão os Mutantes resolver, unilateralmente, o presente contrato e considerar imediatamente vencidas todas as obrigações e responsabilidades dele emergentes, nelas se compreendendo o capital e os juros acordados das prestações vencidas e vincendas, quando ocorra qualquer das seguintes circunstâncias: a) em caso de incumprimento do presente contrato se, cumulativamente, ocorrerem as circunstâncias seguintes: (i) a falta de pagamento de duas prestações sucessivas que exceda 10% do montante total de crédito; e, (ii) ter a Raize, sem sucesso, concedido ao Mutuário um prazo suplementar de 15 dias para que proceda ao pagamento das prestações em atraso acrescidas dos juros de mora a elas respeitantes, com expressa advertência de que a falta do seu pagamento importará o imediato e automático

vencimento de todas as obrigações e responsabilidades emergentes deste contrato, nelas se compreendendo o capital e os juros acordados das prestações vencidas e vincendas, ou a resolução do contrato. b) esteja em curso contra o Mutuário qualquer execução, arresto, penhora, processo de insolvência ou qualquer outra providência que implique limitações à livre disponibilidade dos bens que integram o seu património, c) o Mutuário tenha dívidas à Segurança Social, ao fisco ou ao Fundo Social Europeu.

Cláusula 10ª (Custos recuperação) - Pelas despesas efetuadas com o objetivo de obter a recuperação extrajudicial ou judicial do empréstimo, em caso de incumprimento das obrigações do Mutuário, a Raize tem direito a cobrar, por débito da conta referida nas condições particulares, uma Comissão de Prestação em Dívida no montante indicado na no Anexo 1, à qual acrescerá o imposto de valor acrescentado (IVA) que for legalmente devido, ficando a Raize autorizada a proceder ao respetivo débito, sem necessidade de qualquer pré-aviso. Sem prejuízo do disposto no período anterior, quando o respetivo montante seja superior ao aí fixado, serão ainda por conta do Mutuário todas as despesas judiciais e extrajudiciais, incluindo custos com disponibilização de recursos internos, honorários de advogado, solicitador, empresa especializada na recuperação de créditos, que os Mutuantes ou a Raize venham a realizar para cobrança em caso de mora ou incumprimento do crédito decorrente deste Contrato.

Cláusula 11ª (Convenção de Domicílio) - Para os efeitos deste contrato e de qualquer das suas consequências, designadamente de citação judicial, Mutuantes e Mutuário convencionam que o domicílio do Mutuário é o que, como tal, constar das condições particulares. O Mutuário tem, porém, a faculdade de, a todo o tempo, alterar o seu domicílio para outro qualquer lugar, considerando-se a alteração eficaz no 5º dia após a receção pela Raize da comunicação escrita com a indicação do novo local.

Cláusula 12ª (Período de reflexão) - O período de reflexão é de 14 dias de calendário a contar da data de assinatura deste contrato, ou a partir da data de receção pelo Mutuário do exemplar do contrato contendo todos os elementos de informação obrigatórios por lei, se esta data for posterior, considerando-se automática e simultaneamente resolvidos os contratos de seguro eventualmente associados ao empréstimo. Durante este período, o Mutuário poderá revogar a sua declaração negocial, por meio de declaração em papel ou noutro suporte duradouro que lhe seja disponibilizado pela Raize e ao qual este possa aceder, a ser expedida em qualquer dos casos naquele prazo, nos seguintes termos: *“Serve a presente para expressamente revogar ao empréstimo solicitado com através da Raize, em (Data), no montante de (Montante do Empréstimo).”*

O Mutuário que exercer o direito de revogação fica obrigado a pagar aos Mutuantes o capital mutuado e os juros vencidos, calculados à taxa nominal estipulada no presente contrato a que corresponde o juro diário previsto nas condições particulares, a contar da data da utilização do crédito até à data de reembolso do capital, sem atrasos indevidos, e eventuais despesas não reembolsáveis pagas pelo Mutuante ou pela Raize a qualquer entidade da administração pública, no prazo não superior a 30 dias contados da data de expedição da comunicação de revogação da sua declaração negocial.

Cláusula 13ª (Cessão por incumprimento) - Verificando-se o incumprimento das obrigações assumidas pelo Mutuário, poderão os Mutuantes ceder a terceiro o crédito emergente do presente contrato, caso em que o Mutuário consente que os Mutuantes ou a Raize entreguem ao cessionário os documentos e outros meios probatórios do crédito que estejam na sua posse e autoriza os Mutuantes ou a Raize a revelar ao terceiro cessionário as informações, elementos e factos respeitantes às relações do Mutuário com respeitantes

ao empréstimo cedido.

Cláusula 14ª (Prestações mensais) - O crédito será reembolsado em prestações mensais, iguais e sucessivas e compostas por capital e juros. Os juros serão calculados na base de 30 / 360 (trinta / trezentos e sessenta dias) sobre o montante em dívida em cada momento e cobrados mensalmente e postecipadamente, sendo calculados sobre os montantes em dívida no início do período de contagem dos mesmos, vencendo-se a primeira prestação com juros, 30 dias após a disponibilização do valor mutuado. A data de disponibilização do capital mutuado coincide com a data de início do plano financeiro.

Cláusula 15ª (Disponibilização)- O montante mutuado identificado ao abrigo da cláusula 3ª apenas será disponibilizado pelos Mutuantes ao Mutuário após a verificação cumulativa dos seguintes requisitos:

- a aceitação eletrónica do presente contrato geral, condições particulares e de garantia pelo Mutuário e pelo(s) Garante(s);
- a aceitação eletrónica das condições gerais associadas ao serviço de financiamento colaborativo e à respetiva política de privacidade;
- a entrega à Raize da(s) respetiva(s) Autorização(ões) de Débito Direto devidamente assinada(s)
- a entrega à Raize dos documentos de garantia requeridos devidamente aceites, preenchidos e assinados, de acordo com as garantias definidas em sede de condições particulares;
- a entrega à Raize da informação/documentação por esta requerida por forma a viabilizar a análise e aprovação das condições de financiamento;
- a entrega à Raize dos elementos de identificação do(s) Mutuário(s) e do(s) Garante(s) requeridos no âmbito dos deveres abrangidos pelo Regime Geral do Financiamento Colaborativo e pelo Decreto-Lei 83/2017.

Cláusula 16ª (Reembolso antecipado) - Respeitando um pré-aviso mínimo de 30 dias de calendário, feito através de comunicação à Raize em papel ou noutro suporte duradouro, o Mutuário pode, em qualquer momento do contrato, proceder ao reembolso antecipado total ou parcial do capital em dívida, com correspondente redução do custo total do crédito, por via da redução dos juros e dos encargos do período remanescente do contrato. O reembolso antecipado previsto encontra-se isento de qualquer custo (comissão ou juros), salvo juros e/ou outros encargos vencidos durante o período de disponibilização do capital mutuado, assim como o Imposto do Selo ou quaisquer outros encargos legais aplicáveis, se devidos. O consumidor pode solicitar, gratuitamente, uma cópia do quadro de amortização.

Cláusula 17ª (Direito de resolução) - O Mutuário goza do direito de colocar termo ao presente contrato, mediante:

- revogação do contrato nos termos e com os efeitos previstos na Cláusula 12ª;
- o cumprimento integral antecipado das obrigações do Mutuário;
- a resolução do contrato fundada na lei geral, através de declaração escrita dirigida à Raize, desde que acompanhada da restituição ao Mutuante e à Raize de tudo quanto, nesse momento, constituir o seu crédito ou custos que sejam emergentes do presente contrato.

Os Mutuantes gozam do direito de colocar termo ao presente contrato através da sua resolução mediante declaração escrita enviada ao Mutuário nos termos e com os efeitos previstos na Cláusula 9ª.

Cláusula 18ª (Alteração do domicílio, período de reflexão e reembolso antecipado) - Para efeitos de alteração de domicílio, exercício de período de reflexão e reembolso antecipado, dispostos nas cláusulas 11ª, 12ª e 16ª do presente contrato geral, respetivamente, deve o Mutuário, em cumprimento das referidas cláusulas, entrar em contacto com a Raize para o endereço de e-mail

apoio@raize.pt ou, em alternativa, para a sede da Raize constante da cláusula 1ª.

Cláusula 19ª (Comunicação) – As responsabilidades assumidas com o presente contrato podem dar origem a comunicação à Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal (CRC) pela Raize, entidades relacionadas ou por esta designadas, ou entidades participantes na CRC. Do mesmo modo, as responsabilidades do(s) fiador(es) e avalista(s), se a estes houver lugar, também poderão ser comunicadas à Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, pela Raize, entidades relacionadas ou por esta designadas, ou entidades participantes na CRC, uma vez que os mesmos respondem solidariamente com o devedor principal pelo cumprimento das suas obrigações.

Cláusula 20ª (Cessão de créditos) – O Mutuante poderá livremente, sem qualquer autorização prévia da Mutuária ceder a sua posição contratual a terceiros. As cessões previstas nos números anteriores, ficarão apenas dependentes de aprovação prévia por parte da Raize.

Cláusula 21ª (Aditamentos) - Este Contrato contém o total acordo e compromisso entre Mutuantes e Mutuário em relação ao objeto do mesmo, revogando e substituindo qualquer convenção, comunicação ou negociação anterior, seja escrita ou verbal. Mutuantes e Mutuário poderão acordar em alterações ou aditamentos às condições estabelecidas no Contrato, as quais só serão válidas se tiverem sido previamente acordadas com a Raize e reduzidas a escrito entre Mutuantes e Mutuário, passando a fazer parte integrante do Contrato.

Cláusula 22ª (Celebração do Contrato por meios eletrónicos) - O presente Contrato foi celebrado por meios eletrónicos, através da plataforma Raize, equivalendo a aceitação informática do conteúdo do mesmo às declarações de vontade do Mutuantes e do Mutuário em contratar, para todos os efeitos legais aplicáveis.

Cláusula 23ª (Fiscalidade) - Fica ao encargo da Raize, ou entidades por esta designada, a liquidação e declaração de quaisquer montantes devidos por imposto do selo nos termos do Artigo 2º, nº 1, alínea h) do Código do Imposto do Selo. Os Mutuantes e o Mutuário aceitam que a **Raize** entregue as declarações individuais previstas no nº. 1, alínea b) do artigo 119º do CIRS (declarações individuais a entregar aos financiadores) e de quaisquer outros ficheiros de suporte com vista a uma regularização eficiente, atempada e correta dos compromissos fiscais emergentes. Cabe à Raize a função de retenção na fonte dos impostos referentes a juros auferidos pelo Mutuante.

Cláusula 24ª (Reclamações) – O Mutuário pode apresentar reclamações de acordo com a política de tratamento de reclamações da Raize disponível em www.raize.pt, através do email reclamacoes@raize.pt ou no Livro de Reclamações Eletrónico, ou diretamente junto da CMVM.

Cláusula 25ª (Proteção de Dados) – Para os efeitos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, (o Regulamento Geral de Proteção de Dados ou “RGDP”) a Raize é a entidade com responsabilidade para o tratamento e proteção dos dados pessoais fornecidos pelo Mutuário e o(s) Garante(s). Os dados pessoais dos intervenientes indicados incluem, designadamente, os seguintes: dados de identificação, tais como nome, data de nascimento, estado civil, número de identificação civil e fiscal, sexo, dados de contacto, tais como morada, telefone, e-mail, dados financeiros e/ou fiscais, tais como, IBAN, NIF, Segurança Social, declarações fiscais e de rendimentos. As finalidades para os quais estes dados são tratados são: execução de diligências pré-contratuais a pedido do titular, execução de um contrato e legítimo interesse da Raize, nos termos do artigo 6.º, n.º 2 das alíneas b), e f) do RGPD. Sempre que o tratamento de algum dado se baseie no consentimento do titular, em

qualquer altura o titular poderá retirar o respetivo consentimento dado, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado, com base no consentimento previamente dado. Os dados pessoais fornecidos pelo Mutuário e Garante(s) durante a fase pré-contratual e na execução do contrato podem ser revelados, concedendo Mutuário e Garante(s) desde já autorização para o efeito, a entidades governamentais, de supervisão e com poderes legais e regulamentares para o efeito, desde que o requeiram à Raize ou a Raize esteja obrigada legalmente a fazê-lo. O Mutuário e Garante(s) terão, nos limites legalmente definidos, os direitos de acesso, retificação, limitação, eliminação, portabilidade e oposição, podendo solicitar tais direitos à Raize através do e-mail compliance@raize.pt, bem como poderão apresentar uma reclamação à Comissão Nacional de Proteção de Dados na sua sede eletrónica, através do site www.cnpd.pt. O prazo de conservação de dados pessoais será o estabelecido por norma legal ou regulamentar ou, na falta desta, pelo prazo que se revele necessário para a prossecução de cada finalidade de tratamento, pelo que os dados serão mantidos durante o período contratual e findo este enquanto os mesmos sejam necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, podendo os mesmos ser conservados enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes. Quando cessar a finalidade que motivou o tratamento, inicial ou posterior, de dados pessoais, os mesmos serão destruídos ou anonimizados. Os dados do Mutuário e Garante(s) podem ser comunicados a terceiros para cumprimento de obrigações legais e jurídicas, a entidades governamentais, de supervisão, fiscais e judiciais, e outras com poderes legais e regulamentares para o efeito. Os dados pessoais podem ser transmitidos ao prestador de serviços da Raize sempre que seja necessário para o cumprimento da relação contratual e obrigações legais e exercício de direitos, tais como, fornecedores de IT, serviços jurídicos, estafetas, contabilidade. Apenas serão contratados terceiros que tratem os dados pessoais exclusivamente por conta da Raize, segundo as nossas instruções documentadas, que apresentem garantias suficientes de execução das medidas técnicas e organizacionais adequadas, de modo a que o tratamento satisfaça os requisitos do RGPD.

Cláusula 26ª (Competência e legislação aplicável) - Este Contrato e as relações entre as partes serão regidos pelas leis portuguesas. Para as questões emergentes do presente contrato que necessitem de ser resolvidas judicialmente, as partes convencionam o foro da comarca de Lisboa, salvo se legalmente outro for estabelecido. Em caso de litígio, o Mutuário pode recorrer aos meios de resolução alternativa de litígios, através dos Centros de Arbitragem de que a Raize é aderente:

- a) CNIACC – Centro Nacional de Informação e Arbitragem de Conflitos de Consumo;
- b) CICAP – Centro de Arbitragem de Conflitos de Consumo de Lisboa.

Cláusula 27ª (Autoridade de Supervisão)

A autoridade de supervisão é a CMVM com o seguinte endereço: R. Laura Alves 4, 1050-124 Lisboa.

Anexo 1 - Extrato dos períodos e das condições de pagamento das despesas recorrentes e não recorrentes associadas ao empréstimo excluindo impostos associados

Despesa	Tipo	Montante	Período de pagamento	Condições de pagamento
Comissão de Obtenção e Formalização de Financiamento (acrescido de IVA à taxa legal)	Recorrente	No valor constante das Condições Particulares	Pagamento único	Pagamento com a contratação do empréstimo
Comissão de Gestão Mensal (acrescido de IVA à taxa legal)	Recorrente	No valor constante das Condições Particulares	Mensal	Pagamento com a prestação do empréstimo
Comissão de Cobrança de Prestação em Dívida (acrescido de IVA à taxa legal)	Não recorrente	4% do valor da prestação vencida e não paga e com o valor mínimo de €12,00	Pagamento Único	Falta de pagamento de prestações
Comissão de reembolso antecipado (acrescido de IVA à taxa legal)	Não recorrente	Isento / sem custos	-	-
Comissão de alteração de termos contratuais (acrescido de IVA à taxa legal, sujeito a aprovação)	Não recorrente	No valor constante do Preçário disponível em www.raize.pt	Pagamento Único	Pagamento com a efetivação da alteração